



A DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Thaís Leal Silva¹

Gisele Silva Lira de Resende²

RESUMO: A Constituição Brasileira de 1988 indica que as Universidades Federais no Brasil possuem como pilar a indissociabilidade da tríade ensino, pesquisa e extensão. Porém, na prática, é possível observar que, grande parte dos docentes, não colaboram com este objetivo, o que pode resultar em um ensino que não estimula a construção do conhecimento e a prática social. Nesse cenário surge a dúvida: Como o docente no Ensino Superior deve conciliar suas tarefas e realizar Ensino, Pesquisa e Extensão? Assim, o trabalho tem por objetivo analisar as dificuldades do docente universitário em realizar, efetivamente, o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Para isso, foi realizada uma pesquisa de objetivo exploratório com procedimento técnico bibliográfico, a partir de pressupostos teóricos dos seguintes autores: Moita & De Andrade (2009), Freire (1996) e Chauí (2003). Constatou-se que é preciso levar em consideração que o tripé, acima mencionado, está interligado e, juntos, possibilitam a compreensão e interpretação do conceito de educação. Conclui-se que a interdependência entre pesquisa, ensino e extensão tem sido deficiente nas instituições de Ensino Superior, principalmente em virtude da estrutura disponibilizada para os docentes. Logo, é de importância singular que a visão acerca das funções da Universidade seja ampliada, a fim de que os princípios que a norteia sejam colocados em prática e se tenha, por consequência, egressos críticos e comprometidos socialmente com a comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa-Ensino-Extensão. Docente. Ensino Superior. Universidade.

TEACHING IN HIGHER EDUCATION: TEACHING, RESEARCH AND EXTENSION

ABSTRACT: The Brazilian Constitution of 1988 indicates that the Federal Universities in Brazil have as their pillar the inseparability of the teaching, research and extension triad. However, in practice, it is possible to observe that most teachers do not collaborate with this objective, which can result in a teaching that does not stimulate the construction of knowledge

¹ Mestre em Imunologia e Parasitologia Básicas e Aplicadas pela UFMT/CUA. Doutoranda em Ciências da Saúde: Infectologia e Medicina Tropical pela UFMG. Especialista em Docência no Ensino Superior pela Faculdade Cathedral. Biomédica (UFMT/CUA). E-mail: tataleal93@gmail.com

² Doutora em Ciências Pedagógicas pela UCLV/UFBA com Pós-Doutorado em Educação e Saúde pela UFMT/CUA. Professora Pesquisadora da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas do Araguaia – FACISA. E-mail: giselelira@hotmail.com



and social practice. In this scenario the question arises: How should the teacher in Higher Education reconcile his tasks and carry out Teaching, Research and Extension? Thus, the objective of this study is to analyze the difficulties faced by university teachers in effectively carrying out Teaching, Research and Extension. For this, an exploratory objective research was carried out using a bibliographical technical procedure, based on the theoretical assumptions of the following authors: Moita & De Andrade (2009), Freire (1996) and Chauí (2003). It has been pointed out that it is necessary to take into account that the tripod, mentioned above, is interconnected and, together, make possible the understanding and interpretation of the concept of education. It is concluded that the interdependence between research, teaching and extension has been deficient in higher education institutions, mainly due to the structure made available to the teachers. Therefore, it is of singular importance that the vision about the functions of the University is expanded, so that the principles that guide it are put into practice and consequently have critical and socially committed graduates with the community.

KEY WORDS: Research-Teaching-Extension. Teacher. Higher education. University.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As Universidades Federais no Brasil possuem como pilar a indissociabilidade da tríade ensino, pesquisa e extensão regulamentada pela Constituição Brasileira de 1988. Nesse cenário observa-se que a maioria do corpo docente não colabora com essa função, pois não dão igual valor a esses três eixos: ou por falta de preparo, pelo preconceito com alguns desses pilares, falta de incentivo, desvalorização profissional, condições precárias de trabalho ou sobrecarga de tarefas.

O impacto dessas falhas recai, muitas vezes, no aluno, que não obtêm uma formação integral, bem como na sociedade, que financia o ensino e não obtêm os benefícios das pesquisas realizadas, nem o apoio social das Universidades.

Nesse cenário surge o problema: quais os principais impedimentos para que o docente no Ensino Superior concilie, efetivamente, o ensino, a pesquisa e a extensão?

Os eixos que norteiam as Universidades possuem suas particularidades, mas podem ser trabalhados de maneira conjunta, pois são vinculados de maneira direta. O ensino é o que inicia o processo de aprendizagem, considerado pelo aluno o mais importante, por ter o contato direto. A pesquisa é o carro chefe das Universidades, considerada na tríade o de maior



prestígio profissional, pois dela se espera bem social, seja para a educação, para a saúde ou o para o meio ambiente.

O que se observa no ambiente acadêmico é que a sobrecarga de tarefas impostas ao professor tem se tornado, muitas vezes, um elemento para a não realização desses três eixos. Promover a união desses eixos é de suma importância, uma vez que o ensino em sala de aula pode estimular o aluno a buscar novos conhecimentos, por meio da pesquisa e, por sua vez, podem ser aplicados na sociedade.

Assim, o estudo tem por objetivo analisar as dificuldades do docente universitário em realizar a tríade Ensino, Pesquisa e Extensão. Para isso, foi realizada uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa buscando maior compreensão sobre o assunto utilizando objetivo exploratório para ampliação do conhecimento. A pesquisa teve como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica, por meio de obras pertinentes ao tema, tais como Moita & De Andrade (2009), Freire (1996) e Chauí (2003), dentre outros não menos relevantes.

Para a construção do artigo inicialmente foi abordado os aspectos históricos da regulamentação e obrigatoriedade do ensino-pesquisa-extensão nas universidades, seguida da descrição desses três eixos. Posteriormente, discorreu-se o cenário atual desse tripé nas Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, demonstrando as dificuldades do docente em cumprir todas as suas funções. Por fim, descreveu-se sobre a importância do exercício da indissociabilidade de ensino – pesquisa - extensão no ensino superior para a sociedade, de modo geral.

Espera-se que com as discussões aqui suscitadas seja possível refletir sobre a importância da função docente dentro de uma universidade, tanto para a formação de novos profissionais, bem como para a sociedade.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA REGULAMENTAÇÃO E OBRIGATORIEDADE DO ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES

O Ensino Superior no Brasil teve início no século XIX com a vinda da família real para o Brasil. Nesse período o ensino era restrito a Corte e aos mais afortunados, a quantidade de cursos ofertados era limitado e não se desenvolvia pesquisa. Mesmo com o início do



regime republicano em 1891, quando surgiram as instituições de ensino de iniciativa privada não houve muitas mudanças, visto que o modelo de ensino, predominante, era o napoleônico, cujo principal objetivo era formar burocratas para desempenhar funções do Estado. Somente na década de 1920 é que se mudou o conceito de universidade, pois os interesses políticos foram minimizados e se aliou o ensino, com aplicabilidade no meio social, estimulando o desenvolvimento da pesquisa científica.

Segundo Martins “As universidades não seriam apenas meras instituições de ensino, mas centros de saber desinteressado” (MARTINS, 2002, p.04). Neste período foi criada a Universidade de São Paulo (1934), que dentre suas vertentes estava o vínculo entre Ensino-Pesquisa-Extensão e uma particularidade muito interessante, é que a maior parte do corpo docente era imigrante, em virtude da falta de professores locais. Apesar do grande progresso no país, a ausência de recursos, tanto material, quanto humano impediu a expansão da pesquisa.

A partir década de 40 houve um avanço no ensino, com a ampliação de cursos para formação de professores. Esta época, também, foi marcada pela atuação do movimento estudantil que, buscando reformas no sistema de ensino das universidades, tiveram grande contribuição para o desenvolvimento educacional. Em 1961 foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira que, segundo Soares, mesmo possibilitando certa flexibilidade na sua implementação, na prática, essa lei reforçou o modelo tradicional de instituições de ensino superior vigente no país” (SOARES, 2002, p.32). A universidade continuou tendo um ensino profissionalizante, sem o desenvolvimento da pesquisa.

Com o extermínio do movimento estudantil pelo governo militar, surgiu uma série de mudanças no Ensino Superior. Porém, ao contrário de outros países da América Latina, em que o militarismo dizimou o ensino, no Brasil, o regime militar modernizou e reformulou o sistema acadêmico, promovendo o Ensino Superior no setor público e privado, incentivando a pesquisa, com vistas ao desenvolvimento econômico.

A reforma dos militares continha basicamente as seguintes mudanças: extinção da cátedra; fim da autonomia das faculdades; criação de institutos, faculdades e/ou escolas; introdução do sistema de créditos; ciclo básico antes da formação profissional; garantia da representação discente e docente; ingresso contínuo por carreiras e currículos mínimos fixados pelo MEC (SANTOS & CERQUEIRA, 2009, p.5).



Com a reforma militar, foi ampliada a pesquisa nas universidades, pois o governo começou a apoiar órgãos como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior, (CAPES) e o Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq). Além disso, a comunidade científica foi beneficiada, as associações de pesquisa ganharam apoio do governamental, conforme descrito por Soares “Os Encontros Anuais dessas associações, apoiados financeiramente por agências governamentais de fomento à pesquisa, propiciaram a integração da comunidade científica de áreas afins (...)” (SOARES, 2002, p. 36). Nesse momento, também, houve a expansão da Pós-graduação, com a criação de programas de Mestrado e Doutorado.

Com a promulgação da Constituição Federal Brasileira, em 1988, foi estabelecido no Art. 207. Que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). Juntamente com a indivisibilidade dessa tríade houve maior valorização dos professores; os docentes começaram a receber estímulos para titulação e produção científica, passaram a ser contratados em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, se expandiu a pós-graduação e o desenvolvimento científico no país. Outras medidas políticas, também, colaboraram para a ampliação das universidades, como o estabelecimento de verba proveniente dos impostos da União para o ensino, a gratuidade do ensino público e melhores condições de aposentadoria para os funcionários federais.

Em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) foi estabelecido os processos de avaliação das universidades e faculdades, nos cursos de graduação, com a finalidade de avaliar a qualidade e a estrutura do Ensino Superior, sob pena de descredenciamento da instituição, caso não haja cumprimento das exigências estabelecidas. Esta nova Lei determinou, também, que as instituições de Ensino Superior (IES) com exceção das universidades, não são obrigadas a exercer a atividade de pesquisa e podem admitir docentes sem titulação *stricto sensu*. Ao contrário das universidades que, além de realizar pesquisas, deve ter um corpo docente qualificado, sendo um terço com a titulação de mestre e doutor, além de terem professores contratados em tempo integral.

A Constituição de 1988 e a LDB 1996 foram as principais responsáveis para a modernização do modelo acadêmico, pois instituiu a obrigatoriedade dos pilares ensino-pesquisa-extensão. Nesse contexto, os docentes viram a necessidade de ensinar, com foco no



desenvolvimento crítico dos acadêmicos, de realizar pesquisas para que se ampliassem o prestígio do país no âmbito científico, de promover a extensão como prática mais rotineira e de se qualificar. Todas as mudanças somadas aos métodos de avaliação utilizados pelo Ministério da Educação (MEC) institucionalizaram a pesquisa nas instituições de Ensino Superior.

3 ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO

A integração entre ensino-pesquisa-extensão favorece a ampliação do trabalho acadêmico e aproxima a universidade da sociedade, além de ampliar o senso crítico e destacar o lado social da prática acadêmica. Para enfatizar essa interdependência o texto dará destaque separadamente à cada uma dessas vertentes, para entender seus conceitos e a real necessidade de ter um olhar holístico.

Na perspectiva de Freire (1996), o ensinar é ir além de transferir conhecimento, o processo de ensino-aprendizagem deve ser desenvolvido entre aluno e docente possibilitando a construção e produção do conhecimento (FREIRE, 1996, p.47). Este pensamento deve estar inserido na prática de todo educador, pois é importante que o saber seja desenvolvido possibilitando reflexões que levem à novos questionamentos, em um movimento dialético, que propicie novas ideias que, com o passar dos anos, iniciará um novo ciclo e poderá resultar em um novo saber.

Apesar de haver uma preocupação com o ensino em si, muito se tem discutido e pesquisado sobre a prática do ato de ensinar, que envolve questões didáticas e pedagógicas. O que têm se observado é que os docentes transmitem o que possuem de experiência, principalmente aqueles que lecionam para cursos de bacharelado. Em grande parte, esses professores possuem uma formação insípida, no que tange a formação didática, haja vista que nos cursos de Mestrado e Doutorado a única disciplina voltada ao ensino, além da prática obtida com o estágio na docência, é a Didática do Ensino Superior ou Metodologia do Ensino Superior.

Nesse diapasão, tal disciplina tem se tornado importante, pois pode auxiliar o docente, que detém o conhecimento científico, no que se refere ao domínio do “saber fazer”,



ou seja, o conhecimento aplicado à prática, mas de modo que o acadêmico, objeto central do ensino, compreenda o que está sendo trazido para ampliar o seu universo.

A pesquisa está intimamente ligada ao ensino, ela é um processo sistemático que tem por objetivo a construção de um novo saber científico e pode abranger todas as áreas do conhecimento: literário, pedagógico, saúde, arquitetônico, enfim, o objetivo deve estar pautado em descobrir algo novo, porém com bases científicas, por meio de uma atividade metodológica que leve a uma conclusão. Grande parte dessa construção está nas academias e se restringe, principalmente, às Universidades, em cujo quadro docente se concentra uma gama de doutores, que possuem projetos financiados por órgãos governamentais como CAPES, CNPq e as demais instituições estaduais de apoio à pesquisa. Embora algumas Faculdades e/ou Centros Universitários estejam realizando iniciação científica, estas se apresentam de modo muito tímido.

Em âmbito mundial, a pesquisa é vista como um dos carros chefes do país. É comum observar que países desenvolvidos são os que detém maior número de publicações, resultante de pesquisas que produzem bem social, como é o caso dos Estados Unidos e alguns países da Europa. Os demais se destacam em alguns setores, insipidamente, visto que, na maioria das vezes, as condições de trabalho e o apoio financeiro não são suficientes (ou inexistentes) para o desenvolvimento científico.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) “(...) é amplamente reconhecido que, sem instituições adequadas de Ensino Superior em Ciência e Tecnologia e em pesquisa, com uma massa crítica de cientistas experientes, nenhum país pode ter assegurado um desenvolvimento real” (UNESCO, 2000). Dessa forma se destaca a importância do papel das Universidades no Brasil, que além de ter o papel de ensinar seus discentes, deve estimulá-los à pesquisa, porém, esta prática se encontra vinculada ao pouco investimento financeiro.

As universidades constituem, a partir da reflexão e da pesquisa, o principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade. Nessas instituições, apropria-se do patrimônio do saber humano que deve ser aplicado ao conhecimento e desenvolvimento do país e da sociedade brasileira. A universidade é, simultaneamente, depositária e criadora de conhecimentos (KULLOK, 2001, p.137).



Já a extensão, esta proporciona um vínculo entre universidade e sociedade, ofertando a comunidade partes do aprendizado adquirido no Ensino Superior, com o intuito de melhorar as questões sociais. Segundo o Plano Nacional de Extensão “A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (FORPROEX, 1987). Infelizmente, muitas vezes, a extensão é deixada de lado, se esquecendo que o real motivo de ampliar o conhecimento e desenvolver pesquisa é oferta-lo a sociedade, ampliando o processo de aplicação da teoria à prática, além de estimular a interdisciplinaridade que favorece a visão social de um todo.

Além de auxiliar a comunidade, a extensão, também, proporciona a dialética entre o aprendizado científico e o popular, o que podem ser complementares; a pesquisa pode ser baseada na ideia de cidadania, trazidas para a realidade regional, democratizando, dessa forma, o saber e auxiliando na diminuição das desigualdades sociais. Percebe-se, assim, a importância da extensão para o meio acadêmico e social.

Moita e De Andrade indicam que,

Desconsiderar a extensão (...) é não só promover a dissociação que fere a indissociabilidade e reproduzir um velho modelo acadêmico, como perder um vasto e indispensável terreno de descobertas e aprendizagens que, acima de tudo, situa as ciências no seu justo lugar de saberes a serviço do ser humano, histórica e socialmente compreendido (MOITA & DE ANDRADE, 2009, p. 273).

Isto posto, tudo conduz a pensar que, embora ensino, pesquisa e extensão possam ser trabalhados de maneira dissociável, há sempre uma perda inestimável, tanto para a universidade, quanto para a comunidade.

4 O ATUAL CENÁRIO DA TRIÁDE NAS UNIVERSIDADES

Apesar da expansão das universidades públicas, com a criação de novo campus, aumento de cursos e ampliação do número de alunos que atingem um nível superior, ainda há um depauperamento em relação a pesquisa científica, e em menor escala à extensão. Muitas universidades possuem com docentes com formação acadêmica de excelência, mas que não



conseguem desenvolver suas atividades, por falta de apoio financeiro para suas atividades. Nos últimos tempos tem se observado uma diminuição da verba para a educação, e isso inclui financiamentos para pesquisas e projetos de extensão, redução do número de intercâmbios e do número de bolsas de iniciação científica.

O que tem se observado é que nas Universidades há uma completa dissociação entre ensino-pesquisa-extensão, no qual poucos docentes conseguem realizar esse tripé, de maneira conjunta; centralizam o ensino na graduação e dão ênfase à pesquisa somente durante a pós-graduação. É claro que não se trata, apenas, do esforço de querer aliar as três vertentes, vários fatores podem ser mencionados para explicar o que ocorre no ambiente acadêmico: o árduo trabalho do professor, que muitas vezes além da docência e o trabalho extraclasse exigido pela profissão, também, está atarefado com funções administrativas, como coordenação da graduação e pós graduação; orientações dos diversos níveis acadêmicos; falta de investimentos que impede o desenvolvimento de pesquisas mais elaboradas e a divulgação dos trabalhos de extensão; a exigência do mercado acadêmico em relação ter publicações, que são de importância singular para o plano de carreira; o pouco interesse de discentes e da comunidade em participar de eventos promovidos pela universidade, bem como, a falta de preparação do docente, visto que o próprio sistema é responsável pela falha na formação didática pedagógica desse profissional, principalmente nos cursos de bacharelado. Outro fator que deve ser analisado é que quanto maior a titulação docente, mais esse profissional se afasta do ensino e da extensão, e se aproxima da pesquisa, em nível de pós-graduação, sem levar em consideração a interdependência nessas práticas acadêmicas.

No ambiente acadêmico, da mesma forma, há professores que gostam de ensinar, mas não se vêem motivados para pesquisar. Há os que se aventuram na prática social, e outros que preferem a pesquisa, mas como não existe mercado para pesquisadores no Brasil, ingressam na universidade para desenvolver trabalhos científicos e lecionam por obrigação. Em grande parte, não corroboram para com o tripé ensino, pesquisa e extensão, por isso é necessário discutir o assunto.

Segundo Moita e De Andrade,

A ênfase, em muitos casos compreensível, atribuída naturalmente à pesquisa, deveria realçar ainda mais as possibilidades de articulação com o ensino e a extensão – e não contribuir para a dissociação entre os fazeres que



constitucionalmente fixam a identidade da universidade no Brasil (MOITA & DE ANDRADE, 2009, p. 273).

Desse modo, percebe-se que há que se vencer grande desafio, na docência do Ensino Superior. E o primeiro deles é sanar essa lacuna da falta de formação didática, que traz conseqüência, um ensino medíocre. Não basta dominar o conteúdo. É preciso dominar metodologias que realmente propiciem a compreensão desse conteúdo, que apontem que teoria e prática se complementam; e que o espírito investigativo deve permear todo esse processo.

4.1 Sobre as Instituições de Ensino Superior Privadas

O crescimento das Instituições de Ensino Superior privadas ocorreu no Brasil, a partir do século XX e teve como principal causa de sua expansão, a necessidade de mão de obra qualificada que pudesse acompanhar o desenvolvimento de novas tecnologias. Hoje essas instituições formam um grande número de profissionais e é responsável pela ampliação do acesso ao Ensino Superior.

No Brasil as instituições de Ensino Superior, do setor privado, são tradicionalmente reconhecidas por se dedicarem ao ensino, visto que, se não se constituírem em Universidade, não possuem obrigatoriedade de desenvolverem pesquisa.

O público atendido, em grande parte, são pessoas que trabalham durante todo o dia e estudam no período noturno. Logo, não se interessam por outras atividades ofertadas pela instituição. Por outro lado, a falta de inclusão de outras atividades nas instituições privadas está associada as questões financeiras. O desenvolvimento de pesquisas requer capital para a construção de laboratórios e equipamentos, para a contratação de professores mestres e doutores, plano de carreira, regime parcial ou integral e, todos esses fatores desfavorecem o envolvimento da instituição com o desenvolvimento de pesquisas científicas. Em grande parte, utilizam seus recursos em acervo bibliográfico, melhorias na estrutura física, contratação de parte do corpo docente com titulação (mestre e doutores), já que os instrumentos emitidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) assim o solicitam. As IES, para manterem um alto conceito na avaliação realizada pelas



comissões de avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), se preocupam em atender, em especial, aquilo que a lei determina e os instrumentos solicitam para os cursos de Graduação. Em alguns casos, esses estabelecimentos se propõem a realizar a Iniciação Científica, mas não se constituem em maioria.

Constata-se que os financiamentos públicos para as instituições privadas são mínimos, quando há, e se restringem somente para as que possuem pós-graduação em nível *stricto sensu*. Desta feita, o desenvolvimento de pesquisas científica, neste setor, se constitui em um número mínimo. Já a extensão universitária é mais recorrente, pois, na maioria das vezes é cobrado valor à parte. Nesse sentido, constata-se que as IES em grande parte, tem em vista prepara os acadêmicos, apenas, para o mercado de trabalho, sem ultrapassar os limites do ensino. Todavia, as IES privadas, mesmo que de modo tímido, também, contribuem para o desenvolvimento científico, quando instauram programas de iniciação científica, que podem resultar em experimentos de grande relevância social, independente da área de conhecimentos. Estas atividades ocorrem também, quando se solicita um trabalho de conclusão de curso, realizado à luz da ciência, com compromisso e seriedade e, principalmente, quando comunicados à sociedade.

Infelizmente, os acadêmicos vêem essa atividade como um trabalho cansativo, desnecessário e improdutivo. Esse sentimento poderia ser diferente, se a atividade científica fosse uma constante no exercício docente, no dia a dia de sala de aula; se os docentes se dedicassem mais às publicações e fossem fonte de inspiração, nesse quesito, para seus alunos. Todas essas ações corroboram para o desenvolvimento da ciência. Então, observa-se que o fato de pertencer ao quadro docente de uma IES privada, não é impeditivo para se dedicar à pesquisa, por menor que esta se apresente. Todavia, não se pode olvidar que esses professores possuem uma carreira paralela se dedicam à docência, ou atuam em mais de uma instituição de ensino. Esses fatores acabam sendo empecilhos para uma atuação mais profícua.

Os projetos de extensão nas instituições privadas são desenvolvidos com mais frequência, os trabalhos de responsabilidade social são utilizados para o treinamento e capacitação dos alunos, que são estimulados a fazer atendimentos nas suas diversas áreas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Isso amplia a aprendizagem e demonstra que a teoria pode ser aplicada na prática.



Do mesmo modo como ocorre nas Universidades privadas, verifica-se, também, dificuldades em praticar, de modo indissociável, o ensino, a pesquisa e a extensão. Nessas instituições há, do mesmo modo, a falta de financiamento do governo, mas, como tem obrigatoriedade da pesquisa, utilizam recursos próprios, apenas para atender minimamente essa demanda. Os professores, assim como nas faculdades, em grande parte, também, são contratados, principalmente, para a prática do ensino e da extensão. Não se está querendo dizer que o ensino não deva ser objetivo primordial, pois entende-se que é finalidade primeira, seguida da responsabilidade social que cabe à IES, junto a comunidade em que está inserida.

A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe (PIAGET, 1973, p. 101).

Entretanto, essa indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão quando articulada da maneira correta, faz com que a graduação vá além da transmissão de conhecimento, pode gerar mudanças no processo de aprendizagem e tornar possível a construção de uma visão crítica do acadêmico, formando, assim, cidadãos com capacidade de desenvolver projetos que beneficiem a sociedade, com um diferencial no mercado de trabalho, pois entende-se que de nada vale o conhecimento sem aplicabilidade social.

Outro fator importante que colabora para a prática da tríade, é a interdisciplinaridade, esta, pode ser uma ferramenta útil para que os docentes de diferentes disciplinas iniciem um aprendizado teórico-prático, elemento importante para a formação integral do aluno. Dessa forma, os conteúdos ministrados nas disciplinas podem se tornar caminhos para descobertas e questionamentos. Ter diferentes visões de um mesmo assunto abre espaço para a dialética e potencializa a produtividade científica.

Diante das dificuldades observadas para a realização da prática acadêmica conjunta de ensino, pesquisa e extensão surge questionamentos sobre como colocar em prática a teoria de indissociabilidade. Em primeiro lugar é necessário pensar em projetos coletivos, que envolvam professores, administração, acadêmicos e técnicos que possam avaliar os trabalhos que estão sendo desenvolvidos e ampliar o autoconhecimento sobre a própria instituição, a partir dos recursos financeiros disponíveis, observando o que é necessário para a melhoria na



infraestrutura e no treinamento profissional. Ademais, é preciso que haja uma política de incentivo para unir os três pilares que movem a Universidade, independente do setor a que pertença.

Tais ações podem trazer mudança efetiva no processo de ensino, bem como poderá contribuir para o desenvolvimento do país, haja vista que os egressos dessas instituições estarão mais engajados com a transformação social.

5 Á GUIA DE CONCLUSÃO

A indissociabilidade de ensino-pesquisa-extensão no cenário atual se apresenta como foco das discussões na comunidade científica educacional, uma vez que a base teórica se mostra incoerente com a prática.

A legislação educacional, ao longo dos anos, trouxe avanços no que se refere às funções e obrigações das Instituições de Ensino Superior, respeitada a distinção e obrigatoriedade entre Universidade e Faculdade. A lei de Diretrizes e Bases de 1996, bem como, outra legislação vem indicando a importância da formação didática para o docente, para o desenvolvimento de pesquisas científicas, para a produtividade das publicações resultantes desses experimentos, bem como da aproximação IES e comunidade, por meio da extensão universitária. Nesse sentido, não é possível conceber ao professor universitário, apenas, o domínio do conteúdo. É preciso ir além.

Nas Universidades pouco se aplica tríade, acima mencionada e, quando ocorre, é realizada de forma dissociável. O docente, em seu árduo trabalho de realizar o processo de ensino-aprendizagem, se vê frente à obstáculos que dificultam o desenvolvimento dessas atividades, como a falta de estrutura, financiamentos insuficientes, capacitação docente deficiente, formação didática inexistente, desvalorização da profissão e a sobrecarga de tarefas. Aliado a todos esses fatores, destaca-se, ainda, a falta de interesse dos alunos, que pouco ou nada compreendem sobre importância de se associar o ensino à pesquisa e a prática social. Para eles o conhecimento acerca da profissão é o suficiente.

Acredita-se que para que a atividade de ensino, pesquisa e extensão seja exercida de forma indissociável, é preciso que todo o corpo da Universidade trabalhe de maneira conjunta, que explore, ao máximo, os ínfimos recursos financeiros disponíveis e que se divulgue os



projetos que estão sendo desenvolvidos, não só entre a comunidade acadêmica, mas, também, à sociedade, a fim de todos possam participar, se beneficiar e se sentir parte.

Infelizmente, se observa o descaso governamental para com as questões da educação, representado, principalmente, pelo corte de recursos que ano a ano vêm minguando em todos os níveis de ensino. São recorrentes as notícias, no meio de comunicação de massa acerca da falta de investimento nas universidades, que por sua vez, estão sucateadas em todos os aspectos.

Nesse contexto, é necessário um esforço coletivo para realizar atividades de pesquisa científica, desenvolver projetos que auxiliem a comunidade, com pouco ou nenhum apoio governamental, isto, aliado a atividades de orientação, planejamento de aulas e estudo constante.

Não se pode perder de vista que as IES devem produzir conhecimento continuamente, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Portanto, é de fundamental discutir incansavelmente a sua importância social, reivindicar meios para que as pesquisas científicas se desenvolvam, bem como buscar apoio junto a sociedade, para que tais subsídios governamentais cheguem de modo suficiente e se reverta em um bem social.

Por derradeiro, reafirma-se a importância da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão como elemento essencial para o cumprimento dos princípios que norteiam a universidade.

8 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao-/constituicao.htm. Acesso em: janeiro de 2017.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**, v.24, p.5-15, set/dez, 2003.

FORPROEX. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. I encontro de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. Brasília, 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: janeiro de 2017.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KULLOK, Maisa Gomes Brandão. Uma nova concepção de educação superior. In: FERNANDES, Cleoni Maria Barboza; GRILLO, Marlene. **Educação superior: travessias e atravessamentos.** Canoas: ULBRA, 2001. p.131- 149.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v.17, p.04-06, 2002.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; DE ANDRADE, Fernando César Bezerra. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista brasileira de educação**, v.14, n.41, p. 269-393, maio/ago.2009.

PIAGET, Jean. **Biologia e conhecimento:** ensaio sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognoscitivos. Petrópolis: Vozes, 1973. p.101.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustáquio Amazonas de. **Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes.** IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, p.1-17, 2011.

SOARES, Maria Suzana Arrosa (coord.). **A educação superior no Brasil.** Instituto Internacional para a educação superior na América Latina e no Caribe. Porto Alegre: IESALC-UNESCO- Caracas, 2002.

UNESCO. **World Conference on Science: Science for the Twenty-First Century-A New Commitment.** França: UNESCO, 2000. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001207/120706e.pdf>. Acesso em: dezembro de 2016.